



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS

PREGÃO
ELETRÔNICO
90031/2026

CONTRATANTE (UASG)
Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas (070011)

OBJETO

Seleção de empresa especializada na prestação de Serviço Móvel Pessoal (SMP) e internet móvel, de forma continuada, nas modalidades Local e Longa Distância Nacional (LDN), com roaming, incluindo o fornecimento de aparelhos smartphones e respectivos chips SIMCard, em regime de comodato.

VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO
R\$ 149.679,60

DATA DA SESSÃO PÚBLICA
Dia 29/05/2026 às 9h (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:
menor preço

MODO DE DISPUTA:
aberto e fechado

TRATAMENTO FAVORECIDO EXCLUSIVIDADE PARA ME/EPP/EQUIPARADAS
NÃO

MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM
NÃO



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90031/2026

SEI Nº 0003317-91.2026.6.02.8000
Critério de Julgamento: MENOR PREÇO
Modo de Disputa: Aberto e Fechado
Data: 29 de maio de 2026
HORÁRIO DE BRASÍLIA/DF
Horário de Abertura: 9h

O Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas – TRE/AL, por intermédio da Seção de Licitações e Contratos, torna público, para quem interessar possa, que realizará licitação na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, com critério de julgamento Menor Preço, nos termos da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1- DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a seleção de empresa especializada na prestação de Serviço Móvel Pessoal (SMP) e internet móvel, de forma continuada, nas modalidades Local e Longa Distância Nacional (LDN), com roaming, incluindo o fornecimento de aparelhos smartphones e respectivos chips SIMCard, em regime de comodato, conforme quantitativo e especificações constantes deste Termo de Referência, por um período inicial de 30 meses, podendo ser prorrogado.

1.2. A licitação será realizada em um item único.

2 – DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste certame os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. Para o objeto desta licitação a participação é ampla.

2.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

2.7. Não poderão disputar esta licitação:

- a) aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- b) sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;
- c) empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- d) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- e) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS

- f) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- g) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- h) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- i) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- j) agente público do órgão ou entidade licitante;
- k) Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição.

2.8. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.9. O impedimento de que trata a alínea “f” do item 2.7 deste edital será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.10. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem as alíneas “d” e “e” do item 2.7 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS

2.11. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.12. O disposto nas alíneas “d” e “e” do item 2.7 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.13. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

2.14. A vedação de que trata o item 2.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3 – DO ORÇAMENTO ESTIMADO

3.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

4 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

a) está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS

b) não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

c) não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

d) cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.5. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema se o produto ou serviço ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência/Projeto Básico, quando for o caso, para usufruir do benefício.

4.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.6.1. Como esta licitação não prevê participação exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.7. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

- a) de cujo capital participe outra pessoa jurídica;
- b) que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;
- c) de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS

termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

- d) cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- e) cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- f) constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;
- g) que participe do capital de outra pessoa jurídica;
- h) que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;
- i) resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;
- j) constituída sob a forma de sociedade por ações.
- k) cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

4.8. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema que desenvolve programa de integridade, nos termos do Decreto nº 12.304, de 2024, e da [Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025](#), para fazer jus ao benefício do critério de desempate previsto no art. 60, caput, inciso IV, da lei n. 14.133, de 2021.

4.9. A falsidade da declaração de que trata o item 4.3. e 4.7. sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

4.10. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS

4.11. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.12. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.12.1) a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.12.2) os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.13. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema.

4.13.1. O valor final mínimo final máximo parametrizado na forma do item 4.12 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5 – DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

a) valor unitário dos serviços, considerando a vigência de 30 meses, expressos em reais;

b) descrição dos serviços ofertados.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS

- 5.2.** Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 5.3.** Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 5.4.** Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 5.5.** Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 5.5.1.** No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil.
- 5.6.** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 5.7.** Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.
- 5.8.** A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 5.8.1.** O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.
- 5.9.** Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas.
- 5.10.** Os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no item 9 do Termo de Referência (Anexo I).



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS

5.11. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6 – DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DOS LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário dos serviços, considerando a vigência de 30 meses.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valor entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 0,10% (um décimo por cento).

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado, no caso o “aberto e fechado”.

6.11. Os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS

6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.11.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.11.3. Caso o item em disputa envolva objeto abrangido por margem de preferência, o percentual referido na disposição anterior será de 20%, nos termos do § 6º do artigo 24 da IN SEGES/ME nº 73, de 2022, incluído pela IN SEGES/MGI nº 79, de 12 de setembro de 2024.

6.11.4. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

6.11.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.11.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.12. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.13. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.14. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.15. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.16. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.17. Ao final da fase de lances, será aplicado o benefício da margem de preferência, nos termos do art. 26 da Lei 14133/21.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS

6.17.1. Para produtos ou serviços abrangidos por margem de preferência normal ou adicional, caso a proposta de menor preço não tenha por objeto produto ou serviço contemplado pela referida margem, o sistema automaticamente indicará as propostas de produtos ou serviços que façam jus ao diferencial de preço, pela ordem de classificação, para fins de aceitação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

6.17.2. Nestas situações, a proposta beneficiada pela aplicação da margem de preferência normal ou adicional, conforme o caso, tornar-se-á a proposta classificada em primeiro lugar.

6.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

6.18.1. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência, apenas poderão se valer do critério de desempate previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que também fizerem jus às margens de preferência (art. 5º, §9º, I, do Decreto n.º 8538, de 2015).

6.18.2. O parâmetro para o empate ficto, nesse caso, consistirá no preço ofertado pela fornecedora classificada em primeiro lugar em razão da aplicação da margem de preferência.

6.18.3. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.18.4. A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.18.5. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS

intervalo de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.18.6. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.18.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

6.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.20. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

a) disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

b) avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

c) desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, nos termos do [Decreto nº 11.430, de 2023](#), e da [Instrução Normativa SEGES/MGI nº 382, de 17 de setembro de 2025](#);

d) desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, , conforme [Decreto nº 12.304, de 2024](#), e [Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025](#).

6.21. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

a) empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS

- b) empresas brasileiras;
- c) empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- d) empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

6.22. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

6.23. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima valor do definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.24. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.25. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.26. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.27. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.28. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.29. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7 – DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 2.7



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS

do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>);
- c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>);
- d) Lista de licitantes inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União.

7.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

7.2.1. A consulta no CNEP quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

7.3. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de licitantes inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#)).

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

7.4.1. Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS

7.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

7.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

- a) conter vícios insanáveis;
- b) não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- c) apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- d) não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- e) apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.7. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.7.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

- a) que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- b) inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.8. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

- a) Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;
- b) No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e *pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital*;
- c) No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS

7.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.10. Como o custo global estimado do objeto licitado foi decomposto em seus respectivos custos unitários e percentual de desconto por meio de Planilha elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha no modelo do Anexo I-A, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo Pregoeiro, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

7.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Para habilitação neste pregão eletrônico, será exigida regularidade do cadastramento da licitante perante o Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, nos níveis I, II e III, conforme art. 6º da IN SEGES/MP nº 3, de 26/04/2018, devendo comprovar ainda, o descrito neste Capítulo.

8.1.1. A regularidade do cadastramento das licitantes perante o SICAF, nos níveis exigidos no item 8.1 deste Edital, será verificada mediante consulta *on-line* ao sistema.

8.1.2. É dever da licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação dos documentos de habilitação, a respectiva documentação atualizada nos termos do inciso II do art. 64 da Lei nº 14.133/2021.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS

8.1.3. O descumprimento do item 8.1.2 deste Edital implicará a inabilitação da licitante, exceto se o pregoeiro lograr êxito em obter a(s) certidão(ões) válida(s) por meio de consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões ou de diligência, conforme art. 39, §§ 4º e 6º, da IN SEGES nº 73/2022.

8.2. Para fins habilitação será exigido ainda: Comprovação de Autorização expedida pela ANATEL para exploração de serviços de telefonia móvel.

8.3. As empresas estrangeiras que não funcionem no País deverão atender às exigências de habilitação mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.4. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

8.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

8.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

8.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.10. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.



PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS

8.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

8.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

8.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

8.12. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de DUAS HORAS prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.13. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.14. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 0, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até DUAS HORAS, para:

8.14.1. a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

8.14.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.14.3. suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

8.14.4. suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS

8.15. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

8.16. Na análise dos documentos de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.17. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.12.1.

8.18. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.18. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação

9. DO TERMO DE CONTRATO

9.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato.

9.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

9.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá:

- a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 05 (cinco) dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, incluindo e-mail, assegurado o prazo de 05 (**cinco**) dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

9.3. O prazo dos itens 9.2. poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

9.4. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido na minuta de Contrato.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS

9.5. Na assinatura do contrato será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

9.5.1. A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

10. DOS RECURSOS.

10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

10.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

10.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

10.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

10.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

10.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

10.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

10.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS

10.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico spae@tre-al.jus.br.

11 – DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES.

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

- a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
- b) Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
 - b.1) não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
 - b.2) recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
 - b.3) pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
 - b.4) deixar de apresentar amostra;
 - b.5) apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- c) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
 - c.1) recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- d) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
- e) fraudar a licitação;
- f) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
 - f.1) agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - f.2) induzir deliberadamente a erro no julgamento;
 - f.3) apresentar amostra falsificada ou deteriorada;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS

g) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

h) praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).

11.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

a) advertência;

b) multa;

c) impedimento de licitar e contratar; e

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para a Administração Pública;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **5 (cinco) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

11.4.1. Para as infrações previstas nas alíneas “a”, “b” e “c” do item 11.1, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

11.4.2. Para as infrações previstas nas alíneas “d”, “e”, “f”, “g” e “h” do item 11.1, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

11.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

11.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS

11.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nas alíneas “a”, “b” e “c” do item 11.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

11.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nas alíneas “d”, “e”, “f”, “g” e “h” do item 11.1, bem como pelas infrações administrativas previstas nas alíneas “a”, “b” e “c” do item 11.1 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).

11.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita na alínea “c” do item 11.1, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do [art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022](#).

11.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

11.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

11.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS

11.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

12 – DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

12.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

12.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

12.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, através do e-mail spae@tre-al.jus.br.

12.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

12.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

12.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

13 - DO PAGAMENTO

13.1. As disposições relativas ao pagamento estão disponíveis na Minuta do Contrato.

14 - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE E DA CONTRATADA

14.1. As obrigações do Contratante e da contratada estão disponíveis na Minuta do Contrato.

15 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS.

15.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

15.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS

- 15.3.** Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 15.4.** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 15.5.** As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 15.6.** Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 15.7.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 15.8.** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 15.9.** Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 15.10.** O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://www.tre-al.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/contratacoes/licitacoes> .
- 15.11.** Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I – Termo de Referência;

Anexo I-A – Planilha com valores estimados;

ANEXO II – Sugestão de Planilha preenchimento dos dados do Contrato;

ANEXO III – Minuta de Contrato.

Maceió, 13 de maio de 2026.

Ingrid Pereira de Lima Araújo
Chefe da Seção de Licitações e Contratos



**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS**

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA (LEI Nº 14.133/2021)

1 – DEFINIÇÃO DO OBJETO

FUNDAMENTAÇÃO: DEFINIÇÃO DO OBJETO, INCLUÍDOS SUA NATUREZA, OS QUANTITATIVOS, O PRAZO DO CONTRATO E, SE FOR O CASO, A POSSIBILIDADE DE SUA PRORROGAÇÃO (ART. 6º, INCISO XXIII, ALÍNEA “A” DA LF 14.133/21).

I - DEFINIÇÃO DO OBJETO, INCLUÍDOS:

A) SUA NATUREZA, OS QUANTITATIVOS, O PRAZO DO CONTRATO E, SE FOR O CASO, A POSSIBILIDADE DE SUA PRORROGAÇÃO;

B) A ESPECIFICAÇÃO DO BEM OU DO SERVIÇO, PREFERENCIALMENTE CONFORME CATÁLOGO ELETRÔNICO DE PADRONIZAÇÃO DE QUE TRATA A PORTARIA SEGES/ME Nº 938, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2022, OBSERVADOS OS REQUISITOS DE QUALIDADE, RENDIMENTO, COMPATIBILIDADE, DURABILIDADE E SEGURANÇA;

C) A INDICAÇÃO DOS LOCAIS DE ENTREGA DOS PRODUTOS E DAS REGRAS PARA RECEBIMENTOS PROVISÓRIO E DEFINITIVO, QUANDO FOR O CASO;

D) A ESPECIFICAÇÃO DA GARANTIA EXIGIDA E DAS CONDIÇÕES DE MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA, QUANDO FOR O CASO (ART. 9º, INCISO I DA IN 81/2022).

1.1. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO MÓVEL PESSOAL (SMP) E INTERNET MÓVEL, DE FORMA CONTINUADA, NAS MODALIDADES LOCAL E LONGA DISTÂNCIA NACIONAL (LDN), COM ROAMING, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE APARELHOS SMARTPHONES E RESPECTIVOS CHIPS SIMCARD, EM REGIME DE COMODATO, CONFORME QUANTITATIVO E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES DESTES TERMOS DE REFERÊNCIA, POR UM PERÍODO INICIAL DE 30 MESES, PODENDO SER PRORROGADO.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS

1.2. TODOS OS SERVIÇOS DEVERÃO SER SOB A MODALIDADE CORPORATIVA, COM O FORNECIMENTO DOS RESPECTIVOS APARELHOS EM REGIME DE COMODATO, EM UMA QUANTIDADE DE AO MENOS 84 LINHAS TELEFÔNICAS, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS OU SUPERIORES ÀS DESCRITAS NESTE ETP EM ANEXO, E RESPEITANDO AS NORMAS DE REGULAMENTAÇÃO DO SERVIÇO MÓVEL PESSOAL (SMP) DA ANATEL, A SEREM OPERADAS POR TODO O ESTADO DE ALAGOAS, CONFORME ALOCAÇÃO NAS ZONAS ELEITORAIS.

2 – FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

FUNDAMENTAÇÃO: CONSISTE NA REFERÊNCIA AOS ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES CORRESPONDENTES OU, QUANDO NÃO FOR POSSÍVEL DIVULGAR ESSES ESTUDOS, NO EXTRATO DAS PARTES QUE NÃO CONTIVEREM INFORMAÇÕES SIGILOSAS (ART. 6º, INCISO XXIII, ALÍNEA “B” DA LF 14.133/21 E ART. 9º, INCISO II DA IN 81/2022).

I. 2.1. ESTA CONTRATAÇÃO TEM POR FINALIDADE O FORNECIMENTO DE SERVIÇO DE TELEFONIA MÓVEL PESSOAL (SMP) E INTERNET MÓVEL PARA A COMUNICAÇÃO DE AUTORIDADES, SERVIDORES E FUNCIONÁRIOS, DA SEDE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS – TRE/AL E CARTÓRIOS ELEITORAIS, NO SUPORTE ÀS ATIVIDADES HABITUAIS DE TRABALHO, PRINCIPALMENTE QUANDO EM TRÂNSITO OU EM ATIVIDADES REMOTAS, DE MANEIRA QUE O TEMPO E O CUSTO DISPENDIDOS NOS PROCESSOS DE TOMADA DE DECISÃO SEJAM REDUZIDOS DE FORMA SIGNIFICATIVA, AO PASSO EM QUE AS SITUAÇÕES URGENTES OU EMERGENCIAIS SOLUCIONADAS MAIS PRONTAMENTE.

2.2. CONSIDERANDO O IMINENTE VENCIMENTO DO CONTRATO VIGENTE, BUSCA-SE COM A PRESENTE CONTRATAÇÃO SUPRIR AS NECESSIDADES DESTES TRIBUNAL, BEM COMO A MANUTENÇÃO DO PRESENTE SERVIÇO.

2.3. O SERVIÇO DE TELEFONIA MÓVEL PESSOAL COM ACESSO À INTERNET E FORNECIMENTO DE SMARTPHONES EM COMODATO, PASSOU A SER ESSENCIAL NO DESENVOLVIMENTO



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS

DAS AÇÕES INSTITUCIONAIS, POIS É A PARTIR DESSA TECNOLOGIA QUE A TRANSMISSÃO DAS INFORMAÇÕES ENTRE OS SERVIDORES OCORRE DE MANEIRA MAIS EFICAZ, TANTO NA COMUNICAÇÃO POR VOZ COMO POR MEIO DE APLICATIVOS DE MENSAGENS INSTANTÂNEAS, QUE PERMITEM O COMPARTILHAMENTO DE IMAGENS, VÍDEOS, ÁUDIOS E DOCUMENTOS, ETC, OU AINDA POR APLICATIVOS DE VIDEOCONFERÊNCIA.

2.4. ALÉM DISSO, A CONTRATAÇÃO PRETENDE PROPORCIONAR COMUNICAÇÃO MÓVEL QUE ATENDA ÀS NECESSIDADES DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ALAGOAS, INCLUIE DOS CARTÓRIOS ELEITORAIS, TENDO COMO OBJETIVO PRINCIPAL O ATENDIMENTO DAS FUNÇÕES INSTITUCIONAIS, ESTRATÉGICAS E ORGANIZACIONAIS, DE FORMA CONTÍNUA, TANTO NO PERÍODO NÃO ELEITORAL QUANTO NO PERÍODO ELEITORAL, BEM COMO AS ATIVIDADES ITINERANTES DO ÓRGÃO.

2.5. DA MESMA FORMA, É CADA VEZ MAIS IMPRESCINDÍVEL O ACESSO ÀS INFORMAÇÕES E ÀS DIVERSAS FERRAMENTAS DE COMUNICAÇÃO PARA A REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES DOS SERVIDORES E MAGISTRADOS, BEM COMO O USO DA COMUNICAÇÃO DE DADOS PARA A CELERIDADE DAS ATIVIDADES USUAIS DO TRABALHO, EM ESPECIAL NOS PERÍODOS ELEITORAIS. PARA ISSO, É NECESSÁRIO O USO DE NOVAS TECNOLOGIAS DE COMUNICAÇÃO QUE POSSAM ACOMPANHAR A MOBILIDADE DOS SERVIDORES EM SUAS TAREFAS, INCLUSIVE NO EXERCÍCIO DA COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL E DO PODER DE POLÍCIA EM PERÍODO ELEITORAL, AUMENTANDO A PRODUTIVIDADE DO RESULTADO FINAL ESPERADO (INTERESSE PÚBLICO).

2.6. ASSIM, COMO A FORMA DE COMUNICAÇÃO TEM MUDADO SUBSTANCIALMENTE DO SERVIÇO DE VOZ PARA AS MÍDIAS SOCIAIS, NÃO FAZ MAIS SENTIDO A CONTRATAÇÃO POR PLANOS DE TARIFAÇÃO POR MINUTOS DE VOZ PARA AS DIVERSAS MODALIDADES DESSA CATEGORIA, DEVIDO AO USO CADA VEZ MENOR DESSE SERVIÇO. POR ESTA RAZÃO AS OPERADORAS MIGRARAM O FOCO PARA VENDA DE PACOTES DE DADOS COM PACOTES DE VOZ ILIMITADO, INCLUSIVE PARA LIGAÇÕES LOCAIS E DE LONGA DISTÂNCIA, COMO É O CASO DOS PLANOS CONTROLE COMERCIALIZADOS PELAS OPERADORAS ATUALMENTE.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS

2.7. PORTANTO, EM ADEQUAÇÃO A ESSA NOVA REALIDADE, OBJETIVA-SE A CONTRATAÇÃO DE PACOTES DE VOZ ILIMITADOS, INCLUINDO PACOTES DE DADOS PARA ACESSO À INTERNET, MELHORES DIMENSIONADOS PARA ATENDER À DEMANDA DE TRÁFEGO DE DADOS DE FORMA SATISFATÓRIA, EM CADA CICLO MENSAL, AOS SERVIÇOS DISPONIBILIZADOS PELO TRIBUNAL DE FORMA ONLINE, COMO E-MAILS, SISTEMAS ADMINISTRATIVOS E JUDICIAIS, INCLUSIVE PARA PROPICIAR A REALIZAÇÃO DE INTIMAÇÕES OU CITAÇÕES VIA MENSAGENS INSTANTÂNEAS (WHATSAPP), EM HARMONIA COM OS NORMATIVOS MAIS RECENTES DO TRE/AL E DO TSE.

2.8. POR OUTRO LADO, ESSA MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO IMPLICARÁ, CONSEQUENTEMENTE, NA REDUÇÃO DOS CUSTOS COM TELEFONIA FIXA, PRINCIPALMENTE NOS CARTÓRIOS ELEITORAIS, BASTANDO PARA TAL QUE SEJA PRIORIZADO O USO DA LINHA DE TELEFONIA MÓVEL PARA A REALIZAÇÃO DAS CHAMADAS TELEFÔNICAS DO DIA A DIA.

2.9. NO TOCANTE AO PERÍODO DE 30 (TRINTA) MESES DA CONTRATAÇÃO, CONVÉM ESCLARECER QUE SE TRATA DE SERVIÇOS DE NATUREZA CONTÍNUA, COM IMPLICAÇÕES EM CUSTOS DE INVESTIMENTOS E CONSEQUENTE PRAZO DE AMORTIZAÇÃO (RELATIVAMENTE AOS SMARTPHONES FORNECIDOS EM REGIME DE COMODATO), ALÉM DO QUE ESSE PRAZO INFLUENCIA DIRETAMENTE NO VALOR DAS PROPOSTAS, NA MEDIDA EM QUE FOREM BALIZADOS OS CUSTOS-BENEFÍCIOS DOS INVESTIMENTOS, COM POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO.

II. 2.10.1A FUNDAMENTAÇÃO PARA CADA ITEM DO SERVIÇO ENCONTRA-SE DESCRITA NO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR.

3 – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

FUNDAMENTAÇÃO: DEVE SER CONSIDERADO TODO O CICLO DE VIDA DO OBJETO (ART. 6º, INCISO XXIII, ALÍNEA “C” DA LF 14.133/21), COM PREFERÊNCIA A ARRANJOS INOVADORES EM SEDE DE ECONOMIA CIRCULAR (ART. 9º, INCISO III DA IN 81/2022).

3.1. A SOLUÇÃO COMO UM TODO ABRANGE O FORNECIMENTO DOS APARELHOS DE TELEFONIA MÓVEL E



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS

ENCONTRA-SE PORMENORIZADA EM TÓPICO ESPECÍFICO DOS ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES.

3.2. A SOLUÇÃO CONSISTE NO SERVIÇO MÓVEL PESSOAL (SMP) COM GERENCIAMENTO DE DISPOSITIVOS MÓVEIS (MDM), A SEGUIR: ASSINATURA LINHA DE VOZ COM FRANQUIA MÍNIMA DE DE DADOS DE 20 GB E SERVIÇO DE GERENCIAMENTO DE DISPOSITIVOS MÓVEIS (MDM) OU ASSINATURA DE LINHA DE VOZ COM FRANQUIA MÍNIMA DE DE DADOS E FORNECIMENTO DE 20GB SMARTPHONE EM E COMODATO SERVIÇO DE GERENCIAMENTO DE DISPOSITIVOS MÓVEIS (MDM).

3.3. SERVIÇO DE DIÁRIA DE ROAMING INTERNACIONAL DE DADO.

3.4. A ASSINATURA DE LINHA DE VOZ, DEVERÁ PERMITIR :

A) LIGAÇÕES LOCAIS (VC1) E LDN (VC2 E VC3)* ILIMITADAS,

B) ENVIO DE SMSS (LIMITADOS A 2.000 POR MÊS),

C) ROAMING NACIONAL ILIMITADO COM COBERTURA EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL

D) ACESSO À CAIXA POSTAL/ SECRETÁRIA ELETRÔNICA ILIMITADO;

E) USO ILIMITADO DO APLICATIVO WHATSAPP;

F) SERVIÇO DE GERENCIAMENTO DE DISPOSITIVOS MÓVEIS (MDM).

3.5. QUANTO À ÁREA DE COBERTURA, O LICITANTE DEVERÁ POSSUIR, OBRIGATORIAMENTE, UMA COBERTURA, PRÓPRIA OU ATRAVÉS DE PARCERIA OU CONVÊNIO COM OUTRAS OPERADORAS, NO ESTADO DE ALAGOAS.

3.6. QUANTO À ÁREA DE MOBILIDADE, A OPERADORA DEVERÁ OFERECER TOTAL MOBILIDADE, ISTO É, COBERTURA NACIONAL. NÃO SERÁ PERMITIDA A COBRANÇA DE ADICIONAL E/OU DESLOCAMENTO POR CHAMADAS EFETUADAS E/OU RECEBIDAS DENTRO DA ÁREA DE COBERTURA DO LICITANTE VENCEDO



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS

4 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

FUNDAMENTAÇÃO: REQUISITOS NECESSÁRIOS À CONTRATAÇÃO (ART. 6º, INCISO XXIII, ALÍNEA “D” DA LF 14.133/21 E ART. 9º, INCISO IV DA IN 81/2022).

I. 4.1. OS SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES MÓVEL PESSOAL E DE INTERNET MÓVEL DEVERÃO SER DE CARACTERÍSTICA PÓS-PAGO, TECNOLOGIA DIGITAL, SENDO QUE OS ACESSOS HABILITADOS COM SERVIÇO DE DADOS, DEVERÃO SER COM TECNOLOGIA QUE PERMITA FAZER E RECEBER LIGAÇÕES, E, CONEXÃO À INTERNET TIPO 4G/5G OU SUPERIOR, ONDE HAJA DISPONIBILIDADE, SEM A NECESSIDADE DE HABILITAÇÃO DE OUTRO EQUIPAMENTO.

4.2. A CONTRATADA DEVERÁ ADOPTAR PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL NA EXECUÇÃO DO OBJETO, NO QUE COUBER, CONFORME RESOLUÇÃO CNJ400/2021, GUIA NACIONAL DE CONTRA SUSTENTÁVEIS CGU/AGU -2023.

4.3. APLICA-SE AO PRESENTE PROCESSO AS DISPOSIÇÕES ESTABELECIDAS NO GUIA NACIONAL DE CONTRATAÇÕES SUSTENTÁVEIS - 6ª EDIÇÃO, BRASIL. ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO (AGU). CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO. GUIA NACIONAL DE CONTRATAÇÕES SUSTENTÁVEIS. 6ª ED. BARTH, MARIA LETICIA B.G; BLIACHERIS, MARCOS W.; BRANDÃO, GABRIELA DA S.; CABRAL, FLÁVIO. G.; CLARE, CELSO V.; FERNANDES, VIVIANE V. S.; PAZ E SILVA FILHO, PEREIRA, RODRIGO M.; SANTOS, MURILLO GIORDAN; VILLAC, TERESA.

4.4. CABERÁ À CONTRATADA PROMOVER, SE FOR O CASO, A CORRETA DESTINAÇÃO DOS RESÍDUOS RESULTANTES DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO, TAIS COMO PEÇAS SUBSTITUÍDAS, EMBALAGENS, ENTRE OUTROS, OBSERVANDO A LEGISLAÇÃO E PRINCÍPIOS DE RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL COMO A POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS (LEI N.º 12.305/2010)

4.5. OS MATERIAIS APLICADOS PELA CONTRATADA, SEMPRE QUE POSSÍVEL, DEVERÃO SER CONSTITUÍDOS, NO TODO OU EM PARTE, POR MATERIAL RECICLADO, ATÓXICO, BIODEGRADÁVEL, CONFORME ABNT 15448-1 E 15448-2.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS

4.6. A CONTRATADA DEVE POSSUIR AUTORGA DE AUTORIZAÇÃO EXPEDIDA PELA ANATEL PARA EXPLORAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELEFONIA MÓVEL

4.7. A CONTRATADA DEVE SEGUIR TODOS OS INDICADORES DE QUALIDADE DO SERVIÇO DE TELEFONIA DA ANATEL – RESOLUÇÃO Nº 717/2019 OU MAIS ATUAL.

4.8. A CONTRATADA PODERÁ EFETUAR PERIODICAMENTE, A PEDIDO E SOB A SUPERVISÃO DO CONTRATANTE, TESTES DE VERIFICAÇÃO DA QUALIDADE DE TRANSMISSÃO, DE FORMA A IDENTIFICAR EVENTUAIS FALHAS DE SINCRONISMO, PERDAS DE LIGAÇÕES, PERDA ANORMAL DE SINAL, TRAVAMENTOS OU OUTRAS SITUAÇÕES QUE POSSAM INFLUENCIAR NOS NÍVEIS DE QUALIDADE DO SERVIÇO.

4.9. CASO JULGUE NECESSÁRIO, O CONTRATANTE PODERÁ SOLICITAR RELATÓRIOS DE QUALIDADE DE SERVIÇO, QUE DEVERÃO SER ENTREGUES NO PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS ÚTEIS, NO FORMATO SINTÉTICO OU ANALÍTICO, COM O OBJETIVO DE COMPROVAR A QUALIDADE DO SERVIÇO PRESTADO.

4.10. QUANDO FOR O CASO, OS EQUIPAMENTOS DE TELECOMUNICAÇÕES UTILIZADOS OU FORNECIDOS PELA CONTRATADA DEVEM SER CERTIFICADOS/HOMOLOGADOS PELA ANATEL

4.11. A CONTRATADA DEVE ASSEGURAR A INVIOABILIDADE E O SEGREDO DA COMUNICAÇÃO, RESPEITADAS AS HIPÓTESES E CONDIÇÕES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS DE QUEBRA DE SIGILO DE TELECOMUNICAÇÕES

II. REQUISITOS DE IMPLANTAÇÃO:

4.12 .A CONTRATADA DEVERÁ PROMOVER AS ADEQUAÇÕES E FORNECER OS SIM CARDS OU E-SIM, ALÉM DE SMARTPHONES OU APARELHO TELEFÔNICO DE MESA (CELULAR DE MESA), QUANDO FOR O CASO, NOS ENDEREÇOS INFORMADOS PELOS LICITANTES, SEM ÔNUS ADICIONAL PARA A CONTRATANTE.

4.13. A CONTRATADA DEVERÁ INFORMAR E PROVIDENCIAR PROCEDIMENTO DE ACESSO E SUPORTE À



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS

APLICAÇÃO DE GERENCIAMENTO DE DISPOSITIVOS MÓVEIS (MDM).

4.14 OS PRODUTOS DEVEM SER FORNECIDOS INCLUINDO TODOS OS APLICATIVOS E FERRAMENTAS DA OFERTA PADRÃO DO FABRICANTE, NÃO PODENDO A CONTRATADA EXCLUIR E/OU ALTERAR QUALQUER ITEM DA OFERTA PADRÃO.

4.15. POR OPORTUNIDADE E CONVENIÊNCIA, É FACULTADO A CONTRATANTE A SOLICITAÇÃO DA PORTABILIDADE DE LINHAS JÁ EXISTENTES DA CONTRATANTE.

1. ESPECIFICAÇÕES DOS APARELHOS:

4.17. O CONTRATADO ESTÁ OBRIGADO A FORNECER COMPROVAÇÃO DE QUE OS APARELHOS FORAM LANÇADOS A PARTIR DE JUNHO DE 2023, PODENDO SER POR MEIO DE DECLARAÇÃO DO FABRICANTE OU DOCUMENTO INFORMATIVO, CONTENDO O ANO DE LANÇAMENTO, E ASSINADO PELO FABRICANTE:

A) O CONTRATADO ESTÁ OBRIGADO A FORNECER COMPROVAÇÃO DE QUE OS APARELHOS FORAM LANÇADOS A PARTIR DE JUNHO DE 2023, PODENDO SER POR MEIO DE DECLARAÇÃO DO FABRICANTE OU DOCUMENTO INFORMATIVO, CONTENDO O ANO DE LANÇAMENTO, E ASSINADO PELO FABRICANTE E DEVERÃO POSSUIR A SEGUINTE ESPECIFICAÇÃO MÍNIMA:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS

CPU CLOCK MIN	1,7 GHz
Núcleos	8 núcleos (Octa-core)
Mem. RAM min.	8GB
Mem Interna min.	128GB
Camera Traseira (MP) min.	50Megapixels
Camera Frontal (MP) min.	12Megapixels
Bateria (mAh) min.	4300mAh
Tela	Tela touchscreen capacitiva de no mínimo 6" na diagonal, com resolução Full HD ou superior, com suporte à rotação automática
Data de lançamento	A PARTIR DE JUNHO DE 2023
Conectividade WIFI	padrão 802.11/a/b/g/n/ac
Bluetooth	5.0 ou superior



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS

Rede	Compatível com redes celulares 2G (GSM), 3G (UMTS), 4G (LTE) e 5G, com suporte às frequências utilizadas no território nacional e conforme autorização ANATEL.
Chip	DUAL
Roteador WI-FI	sim
Sensor de GPS	sim
Aparelho Celular corporativo novo com sistema operacional compatível com o Sistema MDM oferecido	
Cores predominantes dos aparelhos: preto, prata, cinza escuro ou azul escuro. Não serão aceitos aparelhos em outras cores predominantes.	
Acessórios:	Carregador bivolt, cabo USB, extrator de chip, manual de instruções de uso do aparelho em português impresso ou online
Funcionalidades:	Vibração, Viva voz, Conferência, Registro de chamadas discadas /recebidas/não atendidas, bloqueio do uso de dados, modo avião, Chamada em Espera;
	Browser com suporte a html /HTML5, Envio de SMS, Predição de texto, calculadora, agenda de compromissos, calendário, alarme /despertador, Proteção de Tela e Acesso ao celular por senha;
	Suporte a conta de e-mail, permitir a visualização de documentos (tipo doc, xls, pdf);
	Permitir a localização do celular para o caso de perda ou roubo, quando disponível pelo sistema operacional;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS

4.18. NOS TERMOS DO CAPÍTULO V (ARTS. 56 E 57) DO DECRETO Nº 11.129, DE 11 DE JULHO DE 2022, É FORTEMENTE RECOMENDÁVEL QUE A CONTRATADA POSSUA OU DESENVOLVA PROGRAMA DE INTEGRIDADE, QUE CONSISTE NUM CONJUNTO DE MECANISMOS E PROCEDIMENTOS INTERNOS DE INTEGRIDADE, AUDITORIA E INCENTIVO À DENÚNCIA DE IRREGULARIDADES E NA APLICAÇÃO EFETIVA DE CÓDIGOS DE ÉTICA E DE CONDUTA, POLÍTICAS E DIRETRIZES, COM OBJETIVO DE PREVENIR, DETECTAR E SANAR DESVIOS, FRAUDES, IRREGULARIDADES E ATOS ILÍCITOS PRATICADOS CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, NACIONAL OU ESTRANGEIRA (ART. 56, INCISO I); E FOMENTAR E MANTER UMA CULTURA DE INTEGRIDADE NO AMBIENTE ORGANIZACIONAL (ART. 56, INCISO II). CASO A CONTRATAÇÃO SE ENQUADRE NO INCISO I DO ART. 1º E ART 5º DO DECRETO Nº 12.304, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2024, É OBRIGATÓRIA A IMPLANTAÇÃO PELA CONTRATADA, NO PRAZO DE 6 (SEIS) MESES, CONTADOS A PARTIR DA CELEBRAÇÃO DO CONTRATO QUE PROPICIOU ALCANÇAR O VALOR LEGAL DA "CONTRATAÇÃO DE GRANDE VULTO", O SEU PROGRAMA DE INTEGRIDADE, CASO NÃO O TENHA.

INDICAÇÃO DE MARCAS OU MODELOS - NÃO SE APLICA A PRESENTE CONTRATAÇÃO.

SUBCONTRATAÇÃO - NÃO SERÁ ADMITIDA A SUBCONTRATAÇÃO DO OBJETO CONTRATUAL

5 – EXECUÇÃO DO OBJETO

FUNDAMENTAÇÃO: MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO, QUE CONSISTE NA DEFINIÇÃO DE COMO O CONTRATO DEVERÁ PRODUIR OS RESULTADOS PRETENDIDOS DESDE O SEU INÍCIO ATÉ O SEU ENCERRAMENTO (ART. 6º, INCISO XXIII, ALÍNEA “E” DA LF 14.133/21 E ART. 9º, INCISO V DA IN 81/2022).



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS

5.1. O CONTRATO DEVERÁ TER INÍCIO NO DIA 15/06/2026, AO TÉRMINO DO CONTRATO VIGENTE, SENDO FORNECIDO O APARELHOS E CARTÕES SIM NECESSÁRIOS PARA O FUNCIONAMENTO DAS LINHAS DE TELEFONE E INTERNET MÓVEL.

5.2. PRESTAÇÃO CONTÍNUA DO SERVIÇO MÓVEL PESSOAL (SMP), COM FORNECIMENTO DE CHIPS (SIM CARDS) E PACOTES DE DADOS E VOZ, GARANTINDO A CONTINUIDADE DA COMUNICAÇÃO NA INSTITUCIONAL.

6 – MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

FUNDAMENTAÇÃO: MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO, QUE DESCREVE COMO A EXECUÇÃO DO OBJETO SERÁ ACOMPANHADA E FISCALIZADA PELO ÓRGÃO OU ENTIDADE. (ART. 6º, INCISO XXIII, ALÍNEA “F” DA LF 14.133/21 E ART. 9º, INCISO VI DA IN 81/2022).

6.1. A FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO SERÁ REALIZADA PELOS SERVIDORES USUÁRIOS DAS LINHAS ADQUIRIDAS, ESCOLHIDO ENTRE OS SERVIDORES DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL, E GERIDO PELA SEÇÃO DE GESTÃO DE CONTRATO.

6.2. A EMPRESA DEVERÁ FORNECER MEIO PARA GERÊNCIA E CONTROLE DAS LINHAS TELEFÔNICAS, BEM COMO FORMAS SIMPLES PARA HABILITAÇÃO E DESABILITAÇÃO DAS LINHAS E ROAMING INTERNACIONAL.

6.3. AS COMUNICAÇÕES ENTRE O ÓRGÃO OU ENTIDADE E O CONTRATADO DEVEM SER REALIZADAS POR ESCRITO SEMPRE QUE O ATO EXIGIR TAL FORMALIDADE, ADMITINDO-SE O USO DE MENSAGEM ELETRÔNICA PARA ESSE FIM.

6.4. O CONTRATADO DESIGNARÁ FORMALMENTE O PREPOSTO DA EMPRESA, ANTES DO INÍCIO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS, INDICANDO NO INSTRUMENTO OS PODERES E DEVERES EM RELAÇÃO À EXECUÇÃO DO OBJETO CONTRATADO

6.5. O FISCAL TÉCNICO DO CONTRATO ACOMPANHARÁ A EXECUÇÃO DO CONTRATO, PARA QUE SEJAM CUMPRIDAS TODAS AS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS

CONTRATO, DE MODO A ASSEGURAR OS MELHORES RESULTADOS PARA A ADMINISTRAÇÃO.

6.5.1. IDENTIFICADA QUALQUER INEXATIDÃO OU IRREGULARIDADE, O FISCAL TÉCNICO DO CONTRATO EMITIRÁ NOTIFICAÇÕES PARA A CORREÇÃO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO, DETERMINANDO PRAZO PARA A CORREÇÃO.

6.6. MONITORAMENTO DA QUALIDADE DO SERVIÇO E SERVICE LEVEL AGREEMENT (SLA)

6.6.1. TEMPO DE RESPOSTA A INCIDENTES CRÍTICOS:

6.6.1.1 CONSIDERAM-SE INCIDENTES CRÍTICOS:

I. OS QUE PROVOQUEM A INTERRUPÇÃO TOTAL DOS SERVIÇOS QUE DEVEM SER RESOLVIDOS EM ATÉ 2 HORAS A PARTIR DA ABERTURA DO CHAMADO. A SOLUÇÃO DEFINITIVA DEVE SER IMPLEMENTADA EM ATÉ 6 HORAS. EM CASO DE DESCUMPRIMENTO DEVERÁ SER DESCONTADO O VALOR DE 2% DO VALOR MENSAL DO CONTRATO POR DESCUMPRIMENTO.

II. CONSIDERAM-SE COMO DESCUMPRIMENTOS:

A. A NÃO RESOLUÇÃO EM ATÉ 2 HORAS A PARTIR DA ABERTURA DO CHAMADO;

B. O EXTRAPOLAMENTO DO LIMITE DE 6 HORAS PARA IMPLEMENTAÇÃO DA SOLUÇÃO DEFINITIVA;

C. A ENTREGA DE RESULTADO INFERIOR AO SOLICITADO.

III. OS INCIDENTES DE MÉDIA PRIORIDADE NO DIA DAS ELEIÇÕES E NOS 15 DIAS QUE A ANTECEDEM, BEM COMO OS QUE OCORREM NAS SEMANAS DE FECHAMENTO DE CADASTRO ELEITORAL, SERÃO CONSIDERADOS INCIDENTES CRÍTICOS PARA APLICAÇÃO DESTA REDUÇÃO.

III.1. TEMPO DE RESPOSTA A INCIDENTES MÉDIA PRIORIDADE

A. CONSIDERAM-SE INCIDENTES DE MÉDIA PRIORIDADE OS QUE AFETAM PARCIALMENTE OS SERVIÇOS, O TEMPO DE RESPOSTA DEVERÁ SER DE 4 HORAS, COM RESOLUÇÃO EM ATÉ 12 HORAS. EM CASO DE DESCUMPRIMENTO, EM RAZÃO DA



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS

MENOR ENTREGA DO RESULTADO, DEVERÁ SER DESCONTADO O VALOR DE 1% DO VALOR MENSAL DO CONTRATO.

B. CONSIDERA-SE DESCUMPRIMENTOS:

A.1. ULTRAPASSAR O PERÍODO DE 4 HORAS SEM RESPOSTA

B.2. O EXTRAPOLAMENTO DO LIMITE DE 12 HORAS PARA A RESOLUÇÃO DO INCIDENTE;

IV. A ENTREGA DE RESULTADO INFERIOR AO SOLICITADO. 21.3.3 TEMPO DE RESPOSTA A INCIDENTES BAIXA PRIORIDADE

A. CONSIDERAM-SE INCIDENTES DE BAIXA PRIORIDADE OS QUE NÃO AFETAM DIRETAMENTE A OPERAÇÃO, O TEMPO DE RESPOSTA SERÁ DE 8 HORAS, COM RESOLUÇÃO EM ATÉ 24 HORAS. EM CASO DE DESCUMPRIMENTO DEVERÁ SER DESCONTADO O VALOR DE 0,5% DO VALOR MENSAL DO CONTRATO POR DESCUMPRIMENTO.

B. CONSIDERAM-SE DESCUMPRIMENTOS:

I. ULTRAPASSAR O PERÍODO DE 8 HORAS SEM RESPOSTA;

II. O EXTRAPOLAMENTO DO LIMITE DE 24 HORAS PARA A RESOLUÇÃO DO INCIDENTE;

III. A ENTREGA DE RESULTADO INFERIOR AO SOLICITADO.

V. ENVIO DE FATURAS OU NOTAS FISCAIS MENCIAIS : ATÉ O DIA 10 DE CADA MÊS DEVERÁ SER ENVIADA A FATURA OU NOTA FISCAL DO MÊS DE REFERÊNCIA ANTERIOR AO MÊS VIGENTE, COM VENCIMENTO (SE HOVER) EM PELO MENOS 20 DIAS À FRENTE DA DATA DO ENVIO. EM CASO DE DESCUMPRIMENTO DEVERÁ SER DESCONTADO O VALOR DE 0.2% DA FATURA MENSAL POR DIA DE ATRASO.

6.7. AS PENALIDADES PREVISTAS E SANÇÕES SÃO:

6.7.1. COMETE INFRAÇÃO ADMINISTRATIVA, NOS TERMOS DA LEI Nº 14.133, DE 2021, O CONTRATADO QUE:

A) DER CAUSA À INEXECUÇÃO PARCIAL DO CONTRATO;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS

B) DER CAUSA À INEXECUÇÃO PARCIAL DO CONTRATO QUE CAUSE GRAVE DANO À ADMINISTRAÇÃO OU AO FUNCIONAMENTO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS OU AO INTERESSE COLETIVO;

C) DER CAUSA À INEXECUÇÃO TOTAL DO CONTRATO;

D) ENSEJAR O RETARDAMENTO DA EXECUÇÃO OU DA ENTREGA DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO SEM MOTIVO JUSTIFICADO;

E) APRESENTAR DOCUMENTAÇÃO FALSA OU PRESTAR DECLARAÇÃO FALSA DURANTE A EXECUÇÃO DO CONTRATO;

F) PRATICAR ATO FRAUDULENTO NA EXECUÇÃO DO CONTRATO;

G) COMPORTAR-SE DE MODO INIDÔNEO OU COMETER FRAUDE DE QUALQUER NATUREZA;

H) PRATICAR ATO LESIVO PREVISTO NO ART. 5º DA LEI Nº 12.846, DE 1º DE AGOSTO DE 2013. 7.4. AO CONTRATADO QUE INCORRER NAS INFRAÇÕES ACIMA DESCRITAS SERÃO APLICADAS AS SEGUINTE SANÇÕES:

H.1. ADVERTÊNCIA, EM CASO DE INEXECUÇÕES PARCIAIS DE BAIXO POTENCIAL LESIVO, ASSIM ENTENDIDAS COMO AQUELAS QUE NÃO COMPROMETAM A EXECUÇÃO DO OBJETO.

H.2. IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR COM A UNIÃO PELO PRAZO DE ATÉ 3 ANOS, QUANDO PRATICADAS AS CONDUTAS DESCRITAS NAS ALÍNEAS "B", "C" E "D" DO SUBITEM 6.2.1, SEMPRE QUE NÃO SE JUSTIFICAR A IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE MAIS GRAVE;

H.3. DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR E CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, QUANDO PRATICADAS AS CONDUTAS DESCRITAS NAS ALÍNEAS "E", "F", "G" E "H" DO SUBITEM 6.2.1, BEM COMO PELA PRÁTICA DE CONDUTAS SUJEITAS À SANÇÃO DE IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR (SUBITEM 6.3.2) QUE, PELA EXTENSÃO DOS DANOS, JUSTIFIQUEM A IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE MAIS GRAVE;

6.7.2. A APLICAÇÃO DAS REFERIDAS SANÇÕES PODERÃO SER APLICADAS CUMULATIVAMENTE COM MULTAS.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS

6.7.3. NA APLICAÇÃO DAS SANÇÕES SERÃO CONSIDERADOS: A) A NATUREZA E A GRAVIDADE DA INFRAÇÃO COMETIDA; B) AS PECULIARIDADES DO CASO CONCRETO; C) AS CIRCUNSTÂNCIAS AGRAVANTES OU ATENUANTES; D) OS DANOS QUE DELA PROVIEREM PARA O CONTRATANTE

6.8. SERÁ DEFINIDO UM MÉTODO DE ABERTURA DE CHAMADOS PARA A EMPRESA CONTRATADA, QUE DEVERÁ RESPONDER A CADA SOLICITAÇÃO. O FISCAL DO CONTRATO MONITORARÁ ESSES PRAZOS E REGISTRARÁ OS ATENDIMENTO

6.9. MULTA:

6.9.1. MORATÓRIA DE 1% (UM POR CENTO) SOBRE O VALOR DA PARCELA INADIMPLIDA, POR DIA DE ATRASO INJUSTIFICADO NO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES E PRAZOS CONTRATUAIS, ATÉ O LIMITE DE 30 (TRINTA) DIAS;

6.9.2. O ATRASO SUPERIOR A 30 (TRINTA) DIAS AUTORIZA A ADMINISTRAÇÃO A CONVERTER A MULTA MORATÓRIA EM COMPENSATÓRIA E PROMOVER A EXTINÇÃO DO CONTRATO POR DESCUMPRIMENTO OU CUMPRIMENTO IRREGULAR DE SUAS CLÁUSULAS, CONFORME DISPÕE O INCISO I DO ART. 137 DA LEI N. 14.133, DE 2021.,

6.9.3. COMPENSATÓRIA DE 5% A 10% SOBRE O VALOR TOTAL DO CONTRATO, NOS DESCUMPRIMENTOS E INEXECUÇÕES PARCIAIS QUE COMPROMETAM A EXECUÇÃO DO OBJETO, DESDE QUE NÃO CONFIGUREM A HIPÓTESE PREVISTA NA ALÍNEA "B" DO SUBITEM 6.2.1. SÃO EXEMPLOS DESSE TIPO DE CONDUTA TÍPICA:

A) A NÃO EFETIVA COMUNICAÇÃO COM A CONTRATANTE;

B) FORNECIMENTO DE SERVIÇO DE ORDEM INFERIOR OU DIFERENTE DO SOLICITADO NESTE TR;

6.9.4. COMPENSATÓRIA DE 11% A 30% SOBRE O VALOR TOTAL DO CONTRATO, NAS HIPÓTESES SUJEITAS ÀS SANÇÕES DE IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR E DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE.

6.9.5. A APLICAÇÃO DAS SANÇÕES PREVISTAS NESTE INSTRUMENTO NÃO EXCLUI, EM HIPÓTESE ALGUMA, A



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS

OBRIGAÇÃO DE REPARAÇÃO INTEGRAL DO DANO CAUSADO AO CONTRATANTE

6.9.6. ANTES DA APLICAÇÃO DA MULTA SERÁ FACULTADA A DEFESA DO INTERESSADO NO PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS ÚTEIS, CONTADO DA DATA DE SUA INTIMAÇÃO.

6.9.7. SE A MULTA APLICADA E AS INDENIZAÇÕES CABÍVEIS FOREM SUPERIORES AO VALOR DO PAGAMENTO EVENTUALMENTE DEVIDO PELO CONTRATANTE AO CONTRATADO, ALÉM DA PERDA DESSE VALOR, A DIFERENÇA SERÁ DESCONTADA DA GARANTIA PRESTADA, SE HOVER, OU COBRADA JUDICIALMENTE.

6.10. OS ATOS PREVISTOS COMO INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS NA LEI Nº 14.133, DE 2021, OU EM OUTRAS LEIS DE LICITAÇÕES E CONTRATOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA QUE TAMBÉM SEJAM TIPIFICADOS COMO ATOS LESIVOS NA LEI Nº 12.846, DE 2013, SERÃO APURADOS E JULGADOS CONJUNTAMENTE, NOS MESMOS AUTOS, OBSERVADOS O RITO PROCEDIMENTAL E AUTORIDADE COMPETENTE DEFINIDOS NA REFERIDA LEI.

6.11. AS SANÇÕES DE IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR E DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR OU CONTRATAR SÃO PASSÍVEIS DE REABILITAÇÃO NA FORMA DO ART. 163 DA LEI Nº 14.133/21.

6.12. OS DÉBITOS DO CONTRATADO PARA COM A ADMINISTRAÇÃO CONTRATANTE, RESULTANTES DE MULTA ADMINISTRATIVA E/OU INDENIZAÇÕES, NÃO INSCRITOS EM DÍVIDA ATIVA, PODERÃO SER COMPENSADOS, TOTAL OU PARCIALMENTE, COM OS CRÉDITOS DEVIDOS PELO REFERIDO ÓRGÃO DECORRENTES DESTE MESMO CONTRATO OU DE OUTROS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS QUE O CONTRATADO POSSUA COM O MESMO ÓRGÃO ORA CONTRATANTE

7 – MEDIÇÃO E PAGAMENTO

FUNDAMENTAÇÃO: CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO (ART. 6º, INCISO XXIII, ALÍNEA “G” DA LF 14.133/21 E ART. 9º, INCISO VII DA IN 81/2022).



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS

7.1. A CONTRATADA DEVERÁ FORNECER RELATÓRIOS MENSAIS DETALHANDO O USO POR LINHA, INCLUINDO OS MINUTOS DE CHAMADAS REALIZADAS, DADOS CONSUMIDOS E O USO DE SERVIÇOS ADICIONAIS (ROAMING INTERNACIONAL, SMS, ETC.).

7.2. OS SERVIÇOS DEVERÃO SER PRESTADOS 24 (VINTE E QUATRO) HORAS POR DIA, 7 (SETE) DIAS POR SEMANA, DURANTE TODO O PERÍODO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO, SALVAGUARDADOS OS CASOS DE INTERRUPÇÕES PROGRAMADAS

7.3 POR PADRÃO E SEM QUALQUER ÔNUS ADICIONAL PARA O CONTRATANTE, DEVERÃO SER BLOQUEADOS PREVIAMENTE PELA CONTRATADA O USO DOS SERVIÇOS DE DADOS EM DESLOCAMENTO INTERNACIONAL. O BLOQUEIO DEVERÁ SER EXECUTADO NO SISTEMA DA OPERADORA E NÃO ATRAVÉS DOS APARELHOS CELULARES..

7.4. MEDIÇÕES DE QUALIDADE SERÃO FEITAS PERIODICAMENTE, OBSERVANDO A FORÇA DO SINAL, TAXA DE TRANSFERÊNCIA DE DADOS E ESTABILIDADE DA CONEXÃO DURANTE O USO REGULAR DO SERVIÇO.

7.5. O SERVIÇO DE SUPORTE TÉCNICO DEVERÁ SER VIA TELEFONE, E-MAIL OU SISTEMA INFORMATIZADO, PELO PERÍODO CONTRATADO E ESTAR DISPONÍVEL PARA AÇIONAMENTO, NO MÍNIMO, NO PERÍODO DE 08:00H ÀS 18:00H EM DIAS ÚTEIS

7.6. A CONTRATADA DEVERÁ PRESTAR SUPORTE TÉCNICO EM PERÍODO INTEGRAL, COM ATENDIMENTO IMEDIATO EM CASO DE FALHAS NAS REDES DE RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA.

7.7. A CONTRATADA DEVERÁ PRESTAR ASSISTÊNCIA TÉCNICA AOS APARELHOS FORNECIDOS EM COMODATO DURANTE O PERÍODO DO CONTRATO.

PAGAMENTO:

7.8. OS SERVIÇOS SERÃO PRESTADOS MEDIANTE CUSTO FIXO MENSAL, ADOTANDO-SE A A FORMA DE PAGAMENTO PÓS-PAGA DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS

7.9. TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS, NO PAGAMENTO, FARÁ AS RETENÇÕES TRIBUTÁRIAS DETERMINADAS PELA LEGISLAÇÃO VIGENTE.

7.10. O PERÍODO FATURADO DEVE CORRESPONDER A 30 DIAS DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO;

7.11. DOCUMENTO DE COBRANÇA DEVE SER ENTREGUE AO TRIBUNAL COM ANTECEDÊNCIA MÍNIMA DE 10 (DEZ) DA DATA DE VENCIMENTO, PARA QUE O GESTOR DO CONTRATO POSSA REALIZAR SUA VERIFICAÇÃO E, NÃO HAVENDO PROBLEMAS, PROMOVER AS MEDIDAS NECESSÁRIAS PARA AO PAGAMENTO,

7.12. A RESPONSABILIDADE PELA RECEPÇÃO DO DOCUMENTO DE COBRANÇA SERÁ DA SEÇÃO DE GESTÃO DOS CONTRATOS E AINDA A VERIFICAÇÃO DA MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO, O RECEBIMENTO DEFINITIVO DOS SERVIÇOS E O ENCAMINHAMENTO DO DOCUMENTO PARA LIQUIDAÇÃO E QUITAÇÃO.

7.13. SENDO IDENTIFICADA COBRANÇA INDEVIDA OU OUTRA OCORRÊNCIA, OS FATOS SERÃO INFORMADOS A CONTRATADA E A CONTAGEM DO PRAZO PARA PAGAMENTO SERÁ REINICIADA A PARTIR DA REAPRESENTAÇÃO DO DOCUMENTO DE COBRANÇA DEVIDAMENTE CORRIGIDO.

7.14 SENDO IDENTIFICADA COBRANÇA INDEVIDA APÓS O PAGAMENTO, OS FATOS SERÃO INFORMADOS A CONTRATADA PARA QUE SEJA FEITA GLOSA DO VALOR CORRESPONDENTE NO PRÓXIMO DOCUMENTO DE COBRANÇA.

7.15. HAVENDO ATRASO NO PAGAMENTO, O VALOR DEVIDO DEVERÁ SER ACRESCIDO DE ENCARGOS MORATÓRIOS, APURADOS DESDE A DATA DO PRIMEIRO DIA ÚTIL DO ATRASO, ATÉ A DATA DO EFETIVO PAGAMENTO, DESDE QUE A CONTRATADA NÃO TENHA CONCORRIDO PARA TANTO, MEDIANTE A APLICAÇÃO DA SEGUINTE FÓRMUL

7.16. O PAGAMENTO PODERÁ SER REALIZADO POR MEIO DE ORDEM DE PAGAMENTO

7.17. O PAGAMENTO SERÁ EFETUADO MENSALMENTE, COM BASE NOS VALORES ESTABELECIDOS CONTRATUALMENTE, ATÉ O DIA 10 DE CADA MÊS DEVERÁ SER ENVIADA A FATURA OU



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS

NOTA FISCAL DO MÊS DE REFERÊNCIA ANTERIOR AO MÊS VIGENTE, COM VENCIMENTO (SE HOVER) EM PELO MENOS 20 DIAS À FRENTE DA DATA DO ENVIO, SOB PENA DE MULTA DE 0.2% DA FATURA MENSAL POR DIA DE ATRASO.

7.18. APÓS O ENCERRAMENTO DO CONTRATO, OS SERVIÇOS UTILIZADOS DECORRENTES DA CONTRATAÇÃO DEVERÃO SER COBRADOS NO PRAZO MÁXIMO DE ATÉ 60 (SESSENTA) DIAS

7.19. OS PREÇOS PROPOSTOS SERÃO REAJUSTADOS NA FORMA E DATA-BASE ESTABELECIDOS PELA ANATEL, MEDIANTE A INCIDÊNCIA DO ÍNDICE IST (ÍNDICE DE SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES) OU OUTRO ÍNDICE OFICIAL QUE O SUBSTITUA, OBSERVANDO-SE SEMPRE INTERVALO NÃO INFERIOR A 12 (DOZE) MESES ENTRE AS DATAS-BASES DOS REAJUSTES CONCEDIDOS.

8 – SELEÇÃO DO FORNECEDOR

FUNDAMENTAÇÃO: FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (ART. 6º, INCISO XXIII, ALÍNEA “H” DA LF 14.133/21), OPTANDO-SE PELO CRITÉRIO DE JULGAMENTO DE TÉCNICA E PREÇO, CONFORME O DISPOSTO NO § 1º DO ART. 36 DA LEI Nº 14.133, DE 2021, SEMPRE QUE A AVALIAÇÃO E A PONDERAÇÃO DA QUALIDADE TÉCNICA DAS PROPOSTAS QUE SUPERAREM OS REQUISITOS MÍNIMOS ESTABELECIDOS NO EDITAL FOREM RELEVANTES AOS FINS PRETENDIDOS PELA ADMINISTRAÇÃO (ART. 9º, INCISO VIII DA IN 81/2022).

8.1 A PROPOSTA DEVERÁ APRESENTAR O PREÇO UNITÁRIO E TOTAL DO ITEM, COM A INCLUSÃO DE TODOS OS INSUMOS, TAIS COMO: IMPOSTOS, TAXAS, FRETES, ENCARGOS, SEGUROS, PRESTAÇÃO DE GARANTIA E QUAISQUER OUTROS QUE INCIDAM OU VENHAM A INCIDIR NA EXECUÇÃO DO CONTRATO, QUE SERÃO DE RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA.

8.2. SERÁ CONSIDERADA VENCEDORA A LICITANTE QUE ATENDER AS ESPECIFICAÇÕES E CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NESTE TERMO DE REFERÊNCIA E NO EDITAL E OFERTAR O MENOR PREÇO PARA O ITEM.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS

8.3. O FORNECIMENTO DO OBJETO SERÁ INTEGRAL.

8.4. O VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL SERÁ AQUELE CONSTANTE EM ANEXO ESPECÍFICO DO EDITAL, O QUAL SERÁ DISPONIBILIZADO AOS INTERESSADOS EM PARTICIPAR DO CERTAME.

8.5. NÃO SERÁ ACEITA PROPOSTA COM PREÇOS UNITÁRIOS E GLOBAL SUPERIORES ÀQUELES PREVISTO COMO VALORES MÁXIMOS ACEITÁVEIS E NÃO SERÁ ACEITA PROPOSTA COM PREÇOS UNITÁRIO E GLOBAL COMPROVADAMENTE INEXEQUÍVEIS, NOS TERMOS ESTABELECIDOS NO ART. 59, § 3º, DA LEI 14.133/2021.

8.6. O JULGAMENTO DAS PROPOSTAS SERÁ REALIZADA PELO CRITÉRIO DO MENOR PREÇO GLOBAL, OBSERVADA A PRÉVIA CONFORMIDADE TÉCNICA DO OBJETO PROPOSTO COM AS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS PRAZOS E CONDIÇÕES FIXADAS NO EDITAL.

8.7. NO JULGAMENTO DA PROPOSTA, DEVERÁ SER CONSIDERADA A EXIGÊNCIA DA INDICAÇÃO DE TODAS AS INFORMAÇÕES E DOCUMENTOS CONTIDOS NESTE TERMO DE REFERÊNCIA (E SEUS ANEXOS), PODENDO SEREM REALIZADAS DILIGÊNCIAS PARA FINS DE COMPLEMENTAÇÃO DE DOCUMENTOS E INFORMAÇÕES.

8.8. SERÁ DESCLASSIFICADA A PROPOSTA QUE NÃO CUMpra QUAISQUER DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DOS PREÇOS, CONFORME FIXADO NO ITEM 8.6 DESTE TERMO DE REFERÊNCIA (E SEUS ANEXOS), COMO TAMBÉM QUE CONTENHAM VÍCIOS INSANÁVEIS.

8.9. NO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS, E CONSIDERANDO O INTERESSE PÚBLICO NA MAIOR COMPETITIVIDADE POSSÍVEL NO CERTAME, DEVERÃO ADOTADAS DIRETRIZES DE EXIGÊNCIA DE UM FORMALISMO MODERADO, PARTICULARMENTE PODENDO SER: A) SANADOS ERROS OU FALHAS QUE NÃO ALTEREM A SUBSTÂNCIA E NEM A VALIDADE JURÍDICA DAS PROPOSTAS, E DOCUMENTOS E DE SEUS ANEXOS, MEDIANTE DESPACHO FUNDAMENTADO, REGISTRADO EM ATA E ACESSÍVEL A TODOS, ATRIBUINDO-LHES VALIDADE E EFICÁCIA PARA FINS DE CLASSIFICAÇÃO; B) REALIZADAS DILIGÊNCIAS PARA FINS DE CORREÇÕES DE ERROS MATERIAIS OU



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS

ARITMÉTICOS NAS PLANILHAS DO ORÇAMENTO-PROPOSTA E CRONOGRAMA-PROPOSTA; C) SOLICITADO A COMPLEMENTAÇÃO DE DOCUMENTOS E INFORMAÇÕES QUE DEVERIAM CONSTA ORIGINALMENTE NA PROPOSTA, DESDE QUE SEJA RELATIVO À SITUAÇÃO JURÍDICA PRÉ-EXISTENTES; D) SOLICITADAS INFORMAÇÕES E ESCLARECIMENTOS PARA QUE SEJAM INDICADOS MERAMENTE VIA CHAT; E/OU, E) REALIZADAS DILIGÊNCIAS EM SÍTIOS OFICIAIS E/OU VIA TELEFONE PARA FINS DE COMPLEMENTAÇÃO DE INFORMAÇÕES ACESSÓRIAS OU QUE NÃO PREJUDIQUEM A SEGURANÇA DA PROPOSTA DO PARTICULAR, SENDO TUDO CONSIGNADO NA ATA DOS TRABALHOS.

8.10. DETERMINADAS INFORMAÇÕES E/OU FORMALIDADES EXIGIDAS NESTE TERMO DE REFERÊNCIA (E SEUS ANEXOS), QUE NÃO AFETEM A ESSÊNCIA OU IDONEIDADE DA PROPOSTA DO LICITANTE, PODERÃO SER DISPENSADAS POR DESPACHO FUNDAMENTADO DO AGENTE DE CONTRATAÇÃO RESPONSÁVEL EM PROL DA FINALIDADE DO ATO E DA COMPETITIVIDADE DO CERTAME, DESDE QUE SEJA DISPENSO IDÊNTICO TRATAMENTO A TODOS.

9 – ESTIMATIVA DO PREÇO

FUNDAMENTAÇÃO: ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO, ACOMPANHADAS DOS PREÇOS UNITÁRIOS REFERENCIAIS, DAS MEMÓRIAS DE CÁLCULO E DOS DOCUMENTOS QUE LHE DÃO SUPORTE, COM OS PARÂMETROS UTILIZADOS PARA A OBTENÇÃO DOS PREÇOS E PARA OS RESPECTIVOS CÁLCULOS, QUE DEVEM CONSTAR DE DOCUMENTO SEPARADO E CLASSIFICADO (ART. 6º, INCISO XXIII, ALÍNEA “I” DA LF 14.133/21 E ART. 9º, INCISO IX DA IN 81/2022).

DISPONÍVEIS NO ANEXO I-A.

10 – ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

FUNDAMENTAÇÃO: ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (ART. 6º, INCISO XXIII, ALÍNEA “J” DA LF 14.133/21), QUANDO NÃO SE



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS

TRATAR DE SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (ART. 9º, INCISO X DA IN 81/2022).

10.1. AS DESPESAS DECORRENTES DA PRESENTE CONTRATAÇÃO CORRERÃO À CONTA DE RECURSOS ESPECÍFICOS CONSIGNADOS NO ORÇAMENTO GERAL DA UNIÃO DESTINADO AO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS.

10.2. A DOTAÇÃO RELATIVA AOS EXERCÍCIOS FINANCEIROS SUBSEQUENTES SERÁ INDICADA APÓS APROVAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA RESPECTIVA E LIBERAÇÃO DOS CRÉDITOS CORRESPONDENTES



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS

ANEXO I-A

Valor Estimado para a Contratação

Item	Descrição	Quantidade	Valor Unitário Estimado (para 30 meses)	Valor Total Estimado (para 30 meses)
1	prestação de Serviço Móvel Pessoal (SMP) e internet móvel	84	R\$ 1.781,90	R\$ 149.679,60



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS

Anexo II
PLANILHA DE DADOS PARA CONTRATAÇÃO

Dados da Empresa:

Razão Social	
CNPJ	
Endereço	
CEP	
Fones:	
Fax	
<i>E-mail</i>	
<i>Site internet</i>	

Dados do Representante da Empresa:

Nome	
Cargo	
Nacionalidade	
Estado civil	
Profissão	
Endereço	
CEP	
Fone	
Fax	
<i>E-mail</i>	
Cart. de Identidade	
Orgão Expedidor	
CPF	

Dados Bancários da Empresa

Banco	
Agência	
Conta	

Dados do Contato com a Empresa:

Nome	
Cargo	
Endereço	
CEP	
Fone	
Fax	
<i>E-mail</i>	

Empresa optante pelo SIMPLES? () Sim () Não



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS

ANEXO III
CONTRATO Nº xx/2026

Processo nº 0003317-91.2026.6.02.8000

Minuta de Contrato

Contrato de prestação de serviços que celebram entre si a União, através do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas e a empresa **xxxxx**.

Pelo presente instrumento, o TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS, Órgão do Poder Judiciário, em nome da União – Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, situado na Avenida Aristeu de Andrade, nº 377 - Farol, CEP: 57051-090, Maceió/AL, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 06.015.041/0001-38, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado por seu Presidente, Desembargador Alcides Gusmão da Silva, e a empresa **xxxxxx**, inscrita no CNPJ nº **xxxxx**, com sede na rua **xxxxxx**, neste ato representada pela **xxxxx**, Telefone: **xxxxx**, e-mail: **xxxxxx**, daqui por diante denominada CONTRATADA, em observância às disposições da Lei nº 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº 90031/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

A presente contratação será regida pelas cláusulas previstas neste instrumento, pelas normas da Lei nº 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos).

PARÁGRAFO ÚNICO – Aplicam-se ao ajuste, ainda, os preceitos de direito público e, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado. Aplica-se, ainda, a Resolução nº 15.787, de 15/02/2017, do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas, disponível no site www.tre-al.gov.br, seguindo o caminho: Informações gerais, Norma de Contratação.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a prestação de Serviço Móvel Pessoal (SMP) e internet móvel, de forma continuada, nas modalidades Local e Longa Distância Nacional (LDN), com roaming, incluindo o fornecimento de aparelhos smartphones e respectivos chips SIMCard, em regime de comodato, por um período inicial de 30 meses, podendo ser prorrogado, com as quantidades e especificações constantes no Termo de Referência anexo ao Edital.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Todos os serviços deverão ser sob a modalidade corporativa, com o fornecimento dos respectivos aparelhos em regime de comodato, em uma quantidade de ao menos 84 linhas telefônicas, de acordo com as especificações mínimas ou superiores às descritas neste ETP em anexo, e respeitando as normas de regulamentação do Serviço Móvel Pessoal (SMP) da ANATEL, a serem operadas por todo o estado de Alagoas, conforme alocação nas zonas eleitorais.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do CONTRATADO;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

O prazo de vigência da contratação será de 30 (trinta) meses, a partir da data de assinatura deste contrato, prorrogável sucessivamente por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O CONTRATADO não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

PARÁGRAFO QUARTO - O contrato não poderá ser prorrogado quando o CONTRATADO tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR ESTIMADO PARA A CONTRATAÇÃO

O valor total estimado para o presente contrato é de R\$ xx, tendo em vista seu valor mensal de R\$ xxx, conforme tabela abaixo:

Item	Descrição	Quantidade	Valor	Valor	Valor	Valor Total
------	-----------	------------	-------	-------	-------	-------------



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS

			unitário mensal	total mensal	Unitário para 30 meses	para 30 meses
1	Prestação de Serviço Móvel Pessoal (SMP) e internet móvel	84	R\$	R\$	R\$	R\$

CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO

O pagamento será efetuado mensalmente, após o recebimento dos serviços referente a cada período, mediante ordem bancária de crédito em conta corrente, em até 10 (dez) dias úteis, somente após o atesto da nota fiscal respectiva, a qual deverá ser entregue com as Certidões Negativas de Débitos Fiscais e Previdenciários.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Os serviços serão prestados mediante custo fixo mensal, adotando-se a forma de pagamento pós-paga da prestação do serviço.

PARÁGRAFO SEGUNDO – O pagamento a ser efetuado em favor da CONTRATADA estará sujeito à retenção, na fonte, de todo e qualquer tributo e contribuições sociais, de acordo com os normativos legais que incidirem sobre o objeto.

PARÁGRAFO TERCEIRO - O documento de cobrança poderá ser encaminhado ao Gestor do contrato do TRE/AL por *e-mail* ou poderá ser apresentado na forma física, encaminhado à Seção de Protocolo, localizada na Avenida Aristeu de Andrade, nº 377 - Farol, Maceió/AL, igualmente direcionado ao gestor.

a) A **Nota Fiscal deverá ser única** por mês.

b) O CNPJ da empresa habilitada na contratação, deverá ser o mesmo para o efeito de emissão das notas fiscais e posteriores pagamentos. Mas, se a Nota Fiscal apresentada se referir a Filial, ambos os CNPJs, tanto da matriz quanto da filial respectiva, deverão estar com a documentação fiscal regular.

PARÁGRAFO QUARTO - Especificações necessárias às notas fiscais, as quais são requisitos indispensáveis para que o gestor possa atestá-las e encaminhá-las para pagamento:

- a) CNPJ da Contratada;
- b) Data de emissão da nota fiscal;
- c) CNPJ do TRE/AL: 06.015.041/0001-38;
- d) Número do contrato e,
- e) Quantitativo fornecido no período;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS

- f) Banco, agência e número da conta corrente (obrigatoriamente da própria contratada).

PARÁGRAFO QUINTO - A Nota Fiscal/Fatura, após o atestado do fiscal da contratação, será encaminhada à COFIN (Coordenadoria Orçamentária e Financeira), para que se efetive o pagamento.

PARÁGRAFO SEXTO - Das Condições de Pagamento: O pagamento será efetuado mediante crédito em conta corrente, conforme indicação da contratada no documento fiscal, por intermédio de ordem bancária, de acordo com os **seguintes prazos:**

- a) Prazo para **atestado** da Nota Fiscal: **até 5 (cinco) dias úteis** a contar do **recebimento da nota fiscal** pelo gestor deste TRE/AL.
- b) Prazo para **pagamento** da Nota Fiscal: **até 10 (dez) dias úteis**, após o atestado da Nota fiscal pelo Gestor.

PARÁGRAFO SÉTIMO - A nota fiscal/fatura apresentada em desacordo com o estabelecido será devolvida, e nesse caso, o prazo previsto no item acima será suspenso e somente será reiniciada a contagem a partir da respectiva regularização.

PARÁGRAFO OITAVO - O gestor da contratação do TRE/AL procederá à conferência dos requisitos da nota fiscal/fatura, que deverá estar de acordo com as descrições contidas na nota de empenho e no Termo de Referência, bem como apresentar o mesmo número de CNPJ/CPF cadastrado, habilitado e constante nos documentos entregues, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outro CNPJ/CPF, salvo na hipótese prevista na alínea “b” do parágrafo segundo desta Cláusula.

PARÁGRAFO NONO - Havendo erro na apresentação do documento fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o TRE/AL.

PARÁGRAFO DEZ - O TRE/AL, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, poderá deduzir, do montante a pagar à CONTRATADA, acréscimos decorrentes de mora no recolhimento de tributos/contribuições, bem como de multa decorrente de previsão do edital e/ou anexo(s).

PARÁGRAFO ONZE - Será considerado como data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

PARÁGRAFO DOZE - Da correção monetária: na eventual ocorrência de atraso de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido para tanto e tenha procedido solicitação formal, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pelo TRE/AL, entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento, serão calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = Valor da parcela em atraso

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado: $I = i/365$ (onde i = taxa percentual anual no valor de 6%)

$I = (6/100)/365$

PARÁGRAFO TREZE - Da regularidade fiscal: Todo e qualquer pagamento, decorrente da presente contratação, será precedido de verificação, por parte do TRE/AL, da regularidade fiscal da CONTRATADA em vigor na data do pagamento.

PARÁGRAFO CATORZE - A CONTRATADA inadimplente quanto à regularidade fiscal estará sujeita à abertura de processo administrativo pelo Gestor da contratação do TRE/AL, visando à regularização.

PARÁGRAFO QUINZE - Permanecendo a inadimplência poderá haver rescisão contratual, independentemente da aplicação das sanções previstas neste contrato.

PARÁGRAFO DEZESSEIS - A regularidade de que trata o subitem anterior poderá ser verificada:

- a) por meio de consulta on-line no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e/ou;
- b) por meio de consulta aos sites oficiais e/ou;
- c) por meio da apresentação de documentação, pela CONTRATADA, anexada ao documento fiscal.

PARÁGRAFO DEZESSETE - As consultas de que tratam as alíneas acima serão realizadas pelo setor responsável e deverão constar do processo de pagamento.

CLÁUSULA SEXTA - DO REAJUSTE

Os preços propostos serão reajustados na forma e data-base estabelecidos pela ANATEL, mediante a incidência do índice IST (Índice de Serviços de Telecomunicações) ou outro índice oficial que o substitua, observando-se sempre intervalo não inferior a 12 (doze) meses entre as datas-bases dos reajustes concedidos.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da execução deste Contrato correrão à conta dos recursos consignados no orçamento do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas, Programa de



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS

Trabalho nº 167674, Elemento de Despesa 33.90.30, compromissados pela Nota de Empenho nº XXX/2026, no valor de R\$ XXXX (XXXXXX).

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

São obrigações e responsabilidades da contratada, além de outras previstas no Termo de Referência:

- a) prestar os serviços contratados;
- b) adotar práticas de sustentabilidade ambiental na execução do objeto, no que couber, conforme Resolução CNJ400/2021, Guia Nacional de Contra Sustentáveis CGU/AGU -2023;
- c) promover, se for o caso, a correta destinação dos resíduos resultantes da prestação do serviço, tais como peças substituídas, embalagens, entre outros, observando a legislação e princípios de responsabilidade socioambiental como a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei n.º 12.305/2010);
- c) aplicar materiais, sempre que possível, constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT 15448-1 e 15448-2;
- d) seguir todos os indicadores de qualidade do serviço de telefonia da Anatel – Resolução nº 717/2019 ou mais atual;
- e) efetuar periodicamente, a pedido e sob a supervisão do CONTRATANTE, testes de verificação da qualidade de transmissão, de forma a identificar eventuais falhas de sincronismo, perdas de ligações, perda anormal de sinal, travamentos ou outras situações que possam influenciar nos níveis de qualidade do serviço;
- f) apresentar Relatórios de Qualidade de Serviço, caso solicitado pela CONTRATANTE, no prazo de 10 (dez) dias úteis, no formato sintético ou analítico, com o objetivo de comprovar a qualidade do serviço prestado;
- g) assegurar a inviolabilidade e o segredo da comunicação, respeitadas as hipóteses e condições constitucionais e legais de quebra de sigilo de telecomunicações;
- h) promover as adequações e fornecer os SIM CARDS ou E-SIM, além de smartphones ou aparelho telefônico de mesa (celular de mesa), quando for o



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS

caso, nos endereços informados pelos licitantes, sem ônus adicional para a CONTRATANTE;

i) informar e providenciar procedimento de acesso e suporte à aplicação de gerenciamento de dispositivos móveis (MDM).

PARÁGRAFO PRIMEIRO – É expressamente proibida a contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas durante a execução dos serviços mencionados.

PARÁGRAFO SEGUNDO - É expressamente proibida, também, a veiculação de publicidade, vinculativa ou não, acerca do contrato firmado com o Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas, salvo se documentalmente autorizado pela Administração.

PARÁGRAFO TERCEIRO - É vedado à **CONTRATADA**, sob pena de rescisão contratual, caucionar ou utilizar o contrato para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa anuência do TRE/AL.

PARÁGRAFO QUARTO - É expressamente proibida, a partir da assinatura do contrato, a contratação de empregados ou prestadores de serviço que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas, de acordo com o disposto no art. 3º da Resolução nº 07/2005 do Conselho Nacional de Justiça, com a nova redação dada pelo art. 1º da Resolução 09/2005-CNJ.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

As obrigações e responsabilidades da Contratante estão discriminadas no Termo de Referência.

CLÁUSULA DEZ – DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

A Contratada declara que tem ciência da existência da LGPD e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação, com o intuito de proteger os dados pessoais que lhe forem repassados, cumprindo, a todo momento, as normas de proteção de dados pessoais, jamais colocando, por seus atos ou por sua omissão, a Contratante em situação de violação de tais regras.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A Contratada somente poderá tratar dados pessoais nos limites e finalidades exclusivas do cumprimento de suas obrigações com base no instrumento



PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS

equivalente de contrato e jamais poderá realizar o tratamento para fins distintos da execução do fornecimento especificado no certame.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O tratamento de dados pessoais será realizado de acordo com as hipóteses de tratamento previstas nos arts. 7º, 11, 14, 23, 24 e 26 da LGPD e somente para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular, observando a persecução do interesse público e os princípios do art. 6º da LGPD e do art. 37 da Constituição Federal de 1988.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A Contratada deverá indicar, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis da publicação do Contrato, a identidade e informações de contato do seu Encarregado de Proteção de Dados, bem como, se aplicável, o endereço da página eletrônica onde essa designação é realizada, conforme estabelecido no § 1º do art. 41 da LGPD, devendo manter os dados atualizados de contato de seu Encarregado de Tratamento de Dados Pessoais, sempre que for substituído, independentemente das alterações em sua página eletrônica.

PARÁGRAFO QUARTO - A Contratada deverá cooperar com a Administração do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos Titulares previstos na LGPD e nas Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor e também no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público e órgãos de controle, quando relacionados ao objeto contratual.

PARÁGRAFO QUINTO - A Contratada não poderá disponibilizar ou transmitir a terceiros, sem prévia autorização por escrito, informação, dados pessoais ou base de dados a que tenha acesso em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

PARÁGRAFO SEXTO - Caso autorizada transmissão de dados pela Contratada a terceiros, as informações fornecidas e/ou compartilhadas devem se limitar ao estritamente necessário para o fiel desempenho da execução do instrumento contratual, adotando procedimentos de segurança que assegurem a sua confidencialidade, integridade e disponibilidade dos dados.

PARÁGRAFO SÉTIMO - As partes se obrigam a zelar pelo sigilo dos dados, garantindo que apenas as pessoas que efetivamente precisam acessá-los o façam, submetendo-as, em todo caso, ao dever de confidencialidade.

PARÁGRAFO OITAVO - Encerrado o tratamento dos dados pessoais nos termos do art. 15 da LGPD, a Contratada deverá eliminá-los, observando o disposto no art. 16 da mesma lei, incluindo as hipóteses de guarda de documentação para fins de comprovação de obrigações legais ou contratuais enquanto não prescritas.



PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS

PARÁGRAFO NONO - É vedado à Contratada manter cópias ou backups de informações, dados pessoais ou bases de dados após o término do contrato, exceto nas hipóteses legalmente autorizadas.

PARÁGRAFO DEZ - A Contratada fica obrigada a devolver à Contratante todos os documentos, registros, informações e cópias que contenham dados pessoais, informações pessoais e/ou bases de dados a que tenha tido acesso durante a execução do contrato, no prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados de qualquer das hipóteses de extinção contratual, ressalvada a conservação apenas nas hipóteses legalmente previstas, inclusive nas de guarda de documentação para fins de comprovação de obrigações legais ou contratuais enquanto não prescritas.

PARÁGRAFO ONZE - As partes devem adotar boas práticas de governança e medidas técnicas e administrativas em relação ao tratamento dos dados, compatíveis com a estrutura, a escala e o volume de suas operações, bem como a sensibilidade dos dados tratados.

PARÁGRAFO DOZE - É dever da Contratada orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD, inclusive dando-lhes conhecimento formal das obrigações e condições acordadas neste subitem.

PARÁGRAFO TREZE - A Contratada se responsabilizará por assegurar que todos os seus colaboradores, consultores, e/ou prestadores de serviços que, no exercício das suas atividades, tenham acesso e/ou conhecimento da informação e/ou dos dados pessoais, agirão de acordo com o presente instrumento, com as leis de proteção de dados e que estes respeitem o dever de proteção, confidencialidade e sigilo, devendo estes assumir compromisso formal de preservar a confidencialidade e segurança de tais dados.

PARÁGRAFO CATORZE - A Contratada deverá promover a revogação de todos os privilégios de acesso aos sistemas, informações e recursos da Contratante, em caso de desligamento de funcionário das atividades inerentes à execução contratual.

PARÁGRAFO QUINZE - Em caso de incidente de segurança em relação aos dados tratados neste instrumento, que comprometa a confidencialidade, a integridade e a disponibilidade dos dados, a parte que sofreu o incidente deverá comunicar imediatamente a ocorrência a partir de uma notificação que conterá, no mínimo:

- a) Data e hora do incidente;
- b) Data e hora da ciência pela parte responsável;
- c) Descrição dos dados pessoais afetados;
- d) Número de titulares afetados;
- e) Relação dos titulares envolvidos;
- f) Riscos relacionados ao incidente;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS

- g) Indicação das medidas técnicas e de seguranças utilizadas para a proteção dos dados;
- h) Motivos da demora, no caso de a comunicação não haver sido imediata;
- i) Medidas que foram ou que serão adotadas para reverter ou mitigar os efeitos do prejuízo;
- j) O contato do Encarregado de Proteção de Dados ou de outra pessoa junto a qual seja possível obter maiores informações sobre o ocorrido.

PARÁGRAFO DEZESSEIS - Na hipótese descrita acima, as partes atuarão em regime de cooperação para:

- a) Definir e implementar as medidas necessárias para fazer cessar o incidente e minimizar seus impactos;
- b) Prover as informações necessárias à apuração do ocorrido no menor prazo possível;
- c) Definir o padrão de respostas a serem dadas aos titulares, terceiros, a ANPD e demais autoridades competentes.

PARÁGRAFO DEZESETE - Os dados obtidos em razão deste instrumento serão armazenados em um banco de dados seguro, com garantia de registro das transações realizadas na aplicação de acesso (log), adequado controle baseado em função (role based access control) e com transparente identificação do perfil dos credenciados, tudo estabelecido como forma de garantir inclusive a rastreabilidade de cada transação e a franca apuração, a qualquer momento, de desvios e falhas, vedado o compartilhamento dessas informações com terceiros.

PARÁGRAFO DEZOITO - A critério da Contratante, a Contratada poderá ser provocada a colaborar na elaboração do Relatório de Impacto à Proteção de Dados Pessoais, conforme a sensibilidade e o risco inerente dos serviços objeto deste instrumento, no tocante a dados pessoais.

PARÁGRAFO DEZENOVE - A Contratada indenizará a Contratante, em razão do não cumprimento das obrigações previstas nas leis, normas, regulamentos e recomendações das autoridades de proteção de dados com relação ao presente instrumento, de quaisquer danos, prejuízos, custos e despesas, incluindo-se honorários advocatícios, multas, penalidades e eventuais dispêndios investigativos relativos a demandas administrativas ou judiciais propostas em face da Contratante a esse título.

CLÁUSULA ONZE – DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DA CONTRATAÇÃO



PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS

Nos termos do art. 117 da Lei 14.133/2021, caberá ao fiscal e ao gestor o acompanhamento dos serviços de acordo com as cláusulas contratuais e ao previsto no Termo de Referência.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Quanto ao **recebimento** do objeto, o fiscal obedecerá aos prazos e condições especificados no Termo de Referência.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O acompanhamento e a fiscalização da execução deste Contrato consistem na verificação, pelo CONTRATANTE, da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A existência desse acompanhamento não exime a CONTRATADA de quaisquer responsabilidades sobre erros ou omissões que surgirem ou vierem a ser constatadas no decorrer da execução contratual.

PARÁGRAFO QUARTO - O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário e estipulando prazo para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

PARÁGRAFO QUINTO - Persistindo a irregularidade, o gestor deverá criar um processo específico de abertura de processo administrativo e encaminhá-lo à Secretaria Administrativa - SAD, devidamente instruído com todas as informações pertinentes, constante de formulário específico, anexando-se cópia dos e-mails ou ofícios enviados à CONTRATADA pelo fiscal da contratação, referentes aos inadimplementos, com os respectivos comprovantes de recebimento pela empresa.

PARÁGRAFO SEXTO - Caberá ao Gestor enviar o processo contratual, anualmente, para a concessão de reajuste, observando as condições estabelecidas na Cláusula pertinente, submetendo à apreciação.

CLÁUSULA DOZE – DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência deste contrato será de 30 (trinta) meses a partir da data de assinatura deste instrumento, podendo ser prorrogado na formada lei.

CLÁUSULA TREZE – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS

- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- a) Advertência**, em virtude do descumprimento de obrigações de pequena monta, podendo a Administração, no caso de haver o cometimento reiterado das faltas ensejadoras desta sanção, aplicar outras mais severas;
- b) Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do *caput* desta Cláusula, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do *caput* desta Cláusula, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- d) Multa Moratória de 1%** (um por cento) sobre o valor da parcela inadimplida, por dia de atraso injustificado no cumprimento das obrigações e prazos contratuais, até o limite de 30 (trinta) dias;
 - d.1) O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a converter a multa moratória em compensatória e promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
- e) Multa Compensatória de 5% a 10% sobre o valor total do contrato**, nos descumprimentos e inexecuções parciais que comprometam a execução do objeto, desde que não configurem a hipótese de der causa à inexecução



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS

parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo. São exemplos desse tipo de conduta típica:

- e.1) a não efetiva comunicação com a Contratante;
- e.2)) fornecimento de serviço de ordem inferior ou diferente do solicitado no Termo de Referência;

f) Compensatória de 11% a 30% sobre o valor total do contrato, nas hipóteses sujeitas às sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

PARÁGRAFO TERCEIRO - Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

PARÁGRAFO QUARTO - Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

PARÁGRAFO QUINTO - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, se houver, ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

PARÁGRAFO SEXTO - Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

PARÁGRAFO SÉTIMO - A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

PARÁGRAFO OITAVO - Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS

- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

PARÁGRAFO NONO - Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei ([art. 159](#)).

PARÁGRAFO DEZ - A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

PARÁGRAFO ONZE - O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

PARÁGRAFO DOZE - As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

PARÁGRAFO TREZE - Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução [Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022](#).

CLÁUSULA CATORZE - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Na hipótese do parágrafo primeiro, aplicam-se também os [artigos 138 e 139 da mesma Lei](#).

PARÁGRAFO TERCEIRO - A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

PARÁGRAFO QUARTO - Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

PARÁGRAFO QUINTO - O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

- a) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- b) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- c) Indenizações e multas.

PARÁGRAFO SEXTO - A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

PARÁGRAFO SÉTIMO - O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA QUINZE – DAS ALTERAÇÕES

Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS

PARÁGRAFO SEGUNDO - As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO - As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

PARÁGRAFO QUARTO - Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DEZESSEIS – DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas no artigo 92, inciso III, da Lei nº 14.133/2021 de 01.04.2021, e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais aplicáveis.

CLÁUSULA DEZESSETE - DA VINCULAÇÃO AO EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90031/2026 E À PROPOSTA COMERCIAL DA CONTRATADA

Este contrato vincula-se, integralmente, em todos os seus termos, ao Edital do Pregão Eletrônico nº 90031/2026, SEI nº XXX, e à proposta comercial da Contratada, evento SEI nº XXXX dos autos do Processo nº 0000846-05.2026.6.02.8000.

CLÁUSULA DEZOITO - DA PUBLICAÇÃO

Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DEZENOVE - DO FORO

Fica eleito o foro da Seção Judiciária Federal da Capital do Estado de Alagoas, para dirimir as questões originadas deste contrato, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS

E por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, foi o presente contrato lavrado em duas cópias de igual teor e forma, assinado pelas partes abaixo:

Maceió, XXX de XXXX de 2026.

Pelo TRE/AL:

Desembargador Alcides Gusmão da Silva
Presidente

Pela Empresa: